

Pazzianotto defende estabilidade

A criação de um sistema de garantia de emprego foi defendida ontem, durante o debate com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, segundo quem "não podemos mais pactuar com uma legislação que coloca na mão do empregador toda a sorte do empregado, quanto à permanência ou não do vínculo".

Outros dois pontos também foram enfatizados pelo ministro Almir Pazzianotto: "A absoluta necessidade de uma nova legislação sobre negociações coletivas (lei de greve)" e também a desvinculação dos sindicatos a tutela do Estado, "embora isto desagrade os setores profissionais e empresariais", afirmou o ministro. Ele criticou certos sindicatos que "se habituaram a sobreviver à sombra do Estado e a receber dele fontes inesgotáveis de suprimento, que se acostumaram a receber os abraços carinhosos do governo, ainda que isso representasse a persistência da espada pendurada sobre a cabeça dos dirigentes, na forma de possibilidade de intervenção".

A modernização das estruturas sindicais

no Brasil é para o ministro Pazzianotto uma coisa que não deve ser temida, "como se teme o desconhecido". Observou que esta discussão não tem sido travada para que se possa descobrir os rumos do novo sindicalismo. Acrescentou que com o desaparecimento da correção monetária também desapareceu a correção monetária dos débitos trabalhistas, "e isto é um convite para que se assoberbe ainda mais a tarefa a Justiça do Trabalho", disse ele.

Pazzianotto esclareceu que não se referia ao empresariado moderno, "mas às centenas e milhares de pequenos e médios empresários que têm feito a sua opção, falsa, errada e perigosa, pela Justiça do Trabalho como forma de solução dos conflitos que ocorrem no recesso das empresas". Disse ainda que a Justiça do Trabalho está desamparelhada para julgar um número tão grande de processos trabalhistas a cada ano, mas apontou como solução a criação de "comissões de fábrica" nas empresas e não a expansão desmesurada dos quadros de Justiça do Trabalho.